

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO
ALEGRE/RS E A ONG CATAVENTUS:
UM ESTUDO SOBRE PARCERIAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Laís Maria Pellegrini da Silva

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2012**

**ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS
E A ONG CATAVENTUS:
UM ESTUDO SOBRE PARCERIAS**

por

Laís Maria Pellegrini da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Oséias Santos de Oliveira

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS E A
ONG CATAVENTUS:
UM ESTUDO SOBRE PARCERIAS**

elaborada por

Laís Maria Pellegrini da Silva

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Oséias Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Daniele Rorato Sagrillo, Ms. (UFSM)

Crystina Di Santo D'Andrea, Ms. (UFSM)

Josiane Pozzatti Dal-Forno, Ms. (UFSM) – Suplente

Sapucaia do Sul, RS, 30 de novembro de 2012

DEDICATÓRIA

*A todos que se permitem questionar, ousar, inovar,
aprender e ensinar.*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS E A ONG CATAVENTUS: UM ESTUDO SOBRE PARCERIAS

AUTORA: LAÍS MARIA PELLEGRINI DA SILVA
ORIENTADOR: Prof. Dr. OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 30/11/2012

O presente estudo busca refletir acerca das parcerias estabelecidas entre escolas públicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). A pesquisa objetiva compreender se tais parcerias podem se constituir como ações positivas na busca por uma educação pública de qualidade, assim como contribuir com os processos de ensino aprendizagem, e como a sociedade pode participar deste processo. Buscou-se apresentar fatores implicados nesta temática, a fim de melhor compreender o fenômeno de parcerias: o neoliberalismo, investimentos na educação, histórico da participação social no cenário público, a legislação que ampara tais parcerias e a explicitação dos conceitos que envolvem a Gestão Educacional, Escolar e Democrática. A abordagem metodológica se pauta por uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso múltiplo que tem como lócus de investigação a ONG Cataventus e duas escolas da rede pública municipal de Porto Alegre/RS. Como instrumentos para coleta dos dados foram aplicados questionários do tipo abertos aos gestores das escolas e à presidente da ONG pesquisada. A partir disso, percebe-se que há diferentes modelos de parcerias com os objetivos mais diversos. Porém, a parceria aqui estudada é compreendida pelos sujeitos participantes da pesquisa como uma opção que contribui para o enriquecimento das propostas pedagógicas das instituições em questão. Além disso, constatou-se que estas iniciativas são discutidas com os segmentos escolares e integram ações registradas no Projeto Político-Pedagógico das instituições. Finalmente, entende-se que tais ações não prejudicam os mecanismos de gestão das instituições envolvidas, tampouco os processos democráticos das escolas.

Palavras-chave: Gestão Educacional; Gestão Escolar; Ensino Público; Organizações Não-Governamentais; Parcerias.

RESUMEN

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESCUELAS PÚBLICAS MUNICIPALES DE PORTO ALEGRE/RS Y LA ONG CATAVENTUS: UN ESTUDIO SOBRE ASOCIACIONES

AUTORA: LAÍS MARIA PELLEGRINI DA SILVA
DIRECTOR: Prof. Dr. OSÉIAS SANTOS DE OLIVEIRA
Fecha y Lugar de Presentación: Sapucaia do Sul/RS, 30/11/2012

El presente trabajo tiene como objetivo retratar lo que se refiere a las asociaciones establecidas entre las escuelas públicas y la ONG Cataventus. La investigación objetiva comprender si tales asociaciones pueden constituirse como acciones positivas en la búsqueda de una educación pública de calidad y como la sociedad puede contribuir en este proceso. Se busca presentar factores implicados en esta temática, a fin de comprender mejor el fenómeno de asociaciones: el neoliberalismo, inversiones en la educación, historial de la participación social en el escenario público, la legislación que ampara tales asociaciones y la explicitación de los conceptos que involucran la Gestión Educacional Escolar y Democrática. El abordaje metodológico se basa en una investigación cualitativa de tipo estudio de caso múltiple que tiene como locus de investigación la ONG- Cataventus y dos escuelas de la red pública municipal de Porto Alegre/RS. Como instrumento para la colecta de datos, fueron aplicados cuestionarios del tipo abierto a los gestores de las escuelas y a la presidenta de la ONG investigada. A partir de eso, se percibe que hay diferentes modelos de asociaciones con los objetivos más diversos. Pero la asociación estudiada en el presente trabajo es comprendida por los sujetos participantes de la investigación como una opción que contribuye para el enriquecimiento de las propuestas pedagógicas de las instituciones en cuestión. Además, se constató que estas iniciativas son discutidas con los segmentos escolares y integran acciones registradas en el Proyecto Político Pedagógico de las instituciones. Finalmente, se entiende que tales acciones no afectan a los mecanismos de gestión de las instituciones involucradas, tampoco en los procesos democráticos de las escuelas.

Palabras-clave: Gestión Educacional; Gestión Escolar; Enseñanza Pública; Organizaciones no Gubernamentales; Asociaciones.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL	12
1.1 O Contexto Neoliberal e a Educação Pública.....	12
1.2 Participação da Sociedade na Educação.....	16
1.3 A Legislação Brasileira e o Chamamento à Participação.....	18
1.4 A Questão do Investimento no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2: O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL E DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: PARCERIAS ESTABELECIDAS NO ESPAÇO DA ESCOLA PÚBLICA	25
2.1 A Gestão da Escola Pública.....	25
2.2 Organizações Não-Governamentais: Conceito e Formas de Atuação no Contexto da Educação.....	28
2.3 Um Caminho que Leva às Parcerias.....	32
CAPÍTULO 3: A PARCERIA ENTRE A ONG CATAVENTUS E ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS EDUCACIONAIS ENVOLVIDOS NESTA PROPOSTA	36
3.1 Caracterizando a Pesquisa.....	36
3.2 As Instituições.....	38
3.2.1 A ONG Cataventus	38
3.2.2 As Escolas	39
3.3 Apresentando as Análises: A relação entre escolas públicas e ONGs.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A	57
APÊNDICE B	59
APÊNDICE C	61

INTRODUÇÃO

Inicialmente, proponho a apresentar meu olhar acerca de algumas questões sobre educação, partindo das minhas experiências e percepções, principalmente assumindo a posição de educadora e, a partir disso, trazer à tona inquietações e algumas questões que prendem minha atenção no âmbito educacional. Tal trajetória contribuiu para a definição da temática desta pesquisa elaborada para este trabalho de conclusão de curso, qual seja, as parcerias estabelecidas entre o ensino público e Organizações Não Governamentais - ONGs.

Educação é um tema que permanece sempre em discussão, nos mais diversos setores da sociedade. Envolvemo-nos em discussões sobre a qualidade da educação, sobre as condições da educação e das escolas, sobre a (des)valorização dos professores, sobre a função da escola (e a função da família), sobre questões de currículo, sobre a repercussão das notas das avaliações do ensino, sobre os métodos de avaliação, etc. Notícias envolvendo essas situações são bastante recorrentes. Neste ano de 2012, diversas foram as ocorrências de violência em escolas, agressão aos professores, condições precárias das instituições escolares, dificuldades de acesso e permanência dos alunos na escola, enfim, tudo isso preenchendo nossos dias com o assunto, e mais, com a preocupação sobre os rumos que a educação está tomando.

Talvez eu esteja especialmente atenta a essas questões devido à minha formação enquanto pedagoga e de minha trajetória, que segue pelos caminhos da educação. Além de pertencer a uma família com um número grande de professores e, através deles, saber de inúmeros episódios que ocorrem nas escolas e, conseqüentemente, de diversas dificuldades encontradas na profissão e nos sistemas de ensino. Em 2010 concluí minha graduação em Pedagogia e durante os anos de estudo tive a oportunidade de vivenciar várias questões envolvendo a educação. Experiências com ensino fundamental e na rede privada também estão inclusas no meu currículo, no entanto, destaco minhas vivências na Secretaria de Educação do município de Gravataí/RS, onde moro e onde trabalhei como estagiária, mas principalmente numa das escolas de educação infantil do mesmo

município, na qual tive a felicidade de trabalhar e aprender diariamente, inclusive com as dificuldades, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional.

Por todos esses motivos, devido ao contato direto e indireto que tenho com essa área e consciente da atual situação educacional que enfrentamos, é que me preocupo em refletir e buscar compreender as possibilidades, estratégias inovadoras, caminhos que nos inspirem e nos levem à melhora da qualidade da educação e, conseqüentemente, à melhora dos processos de aprendizagens dos estudantes. Tal panorama me levou a dar seguimentos aos estudos em educação, optando pelo curso de pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

Paralelo a isso, conheci a ONG Cataventus. Essa organização tem como principal atividade a contação de histórias. Seu trabalho se dá em diversos ambientes, instituições e com diversos públicos, e um desses espaços é a escola. Assim, passei a refletir sobre esse tipo de ação e quais seriam suas conseqüências para o nosso cenário educacional, para as escolas que participam desses trabalhos e, especialmente, para os alunos que têm a possibilidade de vivenciar essas experiências.

É importante destacar aqui, que reconheço que a educação pública é dever do Estado¹, e que em hipótese alguma essa responsabilidade deve ser transferida para a sociedade, de modo que o Estado se exima de tal função. No entanto, não é novidade que o Estado mantém-se estagnado em muitas situações, a meu ver, no que diz respeito a decisões no setor educacional. Por isso mesmo é que trato do assunto como parcerias, ou seja: “relação de colaboração entre duas ou mais pessoas com vista à realização de um objetivo comum”², e não como simples transferência de responsabilidade. Destaco ainda que esse objetivo comum a que me refiro é a qualidade no sistema público de ensino. Assim, não encaro o assunto de modo que as ONGs assumam a responsabilidade de elaborar planos/propostas pedagógicas, o que é função das instituições escolares. Minha maneira de encarar este estudo sobre parcerias se restringe a experiências pedagógicas que propõem acrescentar qualidade aos processos educacionais, ousando com processos de articulação.

¹ Instituição de natureza política, responsável por regular uma sociedade (país, estado ou município) nas áreas política, social e econômica.

² Definição retirada do Dicionário Aurélio (2005).

Seguindo este pensamento é que justifico minha escolha por esta pesquisa. As escolas, o sistema, os professores e os alunos seguidamente se encontram carentes de recursos, os quais o Estado, por hora, não dá conta de suprir. A partir do momento em que nos preocupamos com essas questões e tomamos consciência da situação que se apresenta, faz-se relevante refletirmos sobre novos caminhos possíveis, apontando experiências vivenciadas em escolas, que apresentam como objetivo contribuir com as práticas escolares.

Para ilustrar uma dessas experiências, cito uma reportagem veiculada pelo *site* do Jornal Zero Hora, do dia 3 de maio de 2012, onde um projeto desenvolvido pela ONG Mente Viva em uma escola estadual do Município de Eldorado do Sul (RS), propõe práticas de meditação diárias para as crianças em idade escolar. A exemplo de outros países (onde pesquisas já foram realizadas, apontando resultados positivos) esse trabalho tem sido desenvolvido e tem gerado uma visível diminuição de comportamentos agressivos e de ansiedade dos alunos, de acordo com depoimento das professoras. A perspectiva é que até o final do ano de 2012 os efeitos do projeto “Meditação pela Paz” sejam medidos e divulgados oficialmente.

Iniciativas como essa, são exemplos que nos apontam novas maneiras de encarar e transformar espaços e processos de aprendizagens e de ensino dentro das escolas, além de incitar reflexões acerca de alguns padrões, modelos e normas estabelecidas. Nesse caso, a parceria estabelecida constituiu-se como uma alternativa viável, gerando resultados positivos para professores e alunos.

Pensando nas questões salientadas e estando imersa, portanto, nesse mundo onde a educação me chama, me encanta e me desafia, é que me propus a estudar e investigar quais são as implicações das parcerias entre escolas públicas e a ONG Cataventus no processo de qualificação do ensino. Tenho como objetivo problematizar os possíveis efeitos de tais parcerias e se estas podem se constituir como uma opção positiva/produzida para gestores educacionais. Para concretizar esse estudo, se faz necessário conhecer e entender o que é uma ONG, como ela atua nos espaços da sociedade e o que expressa a legislação educacional acerca do assunto que viabilize relações de parcerias.

Para esta pesquisa, então, optei por realizar minhas investigações partindo do trabalho desenvolvido pela ONG Cataventus em escolas públicas do município de Porto Alegre, buscando visualizar sua atuação e refletir sobre a posição dos gestores escolares envolvidos nessa proposta.

Anunciada a temática de investigação, esclareço que este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso múltiplo. Para isso, fiz uso de questionários, que foram aplicados aos gestores de duas escolas onde a referida ONG atua, assim como à presidente da Cataventus.

Diante do exposto, apresento, brevemente, a organização dos capítulos dispostos neste trabalho de conclusão de curso. O primeiro capítulo consiste na apresentação teórica, contextualizando questões relevantes para o entendimento do processo de consolidação das parcerias entre ONGs e escolas públicas.

O segundo capítulo situa o leitor a respeito dos conceitos de Gestão Educacional, Escolar e Democrática, além do estudo do papel das ONGs e das parcerias que se estabelecem entre estas e a esfera pública, ressaltando as implicações de tais ações no processo de qualificação do ensino.

A terceira seção destina-se à apresentação dos caminhos metodológicos percorridos, assim como a caracterização das instituições e dos sujeitos participantes da pesquisa e as análises dos dados gerados no estudo. E, finalmente, são apresentadas as principais considerações acerca das parcerias estabelecidas entre escolas públicas e a ONG Cataventus, assim como suas implicações nos processos de ensino e aprendizagem de tais instituições. Foi possível perceber que iniciativas de trabalho integrado, em parceria, podem se constituir como uma ferramenta de apoio às propostas pedagógicas das escolas públicas, fortalecendo ainda, os princípios democráticos da Gestão Escolar.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL

Neste capítulo busco traçar um panorama da educação brasileira contextualizando conceitos importantes para o entendimento do estudo em questão, bem como explorar conceitos que permitam melhor compreender o viés neoliberal e seus contornos no processo educacional. Neste enfoque, busca-se discutir o papel da gestão educacional, alicerçada na atual legislação de ensino, na definição de uma educação mais participativa.

Há muitos fatores a se avaliar quando falamos de educação brasileira no contexto atual, há também, diferentes maneiras de encarar e entender tal contexto. Essa possibilidade de visões diferenciadas se dá de acordo com a perspectiva teórica, posição política que se assume ou mesmo pela realidade na qual estamos inseridos. Sendo assim, elenco dois pontos que acredito serem essenciais para o entendimento da situação educacional na qual nos encontramos atualmente: a educação e o contexto neoliberal, e a questão do investimento em educação no Brasil.

1.1 O Contexto Neoliberal e a Educação Pública

A perspectiva neoliberal propõe que a lógica do mercado seja ampliada para além da esfera do mercado, ou seja, se o custo da estrutura da educação (provida pelo Estado) for muito cara, pela lógica neoliberal cabe ao Estado reduzir os custos para viabilizar o projeto educacional. Isto ocorre, sem se levar em conta que esta redução de custo gera problemas de qualidade o que leva ao sucateamento da instituição pública, por exemplo. Além disso, o viés neoliberal estimula a privatização como medida (promovendo competitividade e concorrência) ou ainda, as parcerias com o terceiro setor. Estas características podem ser compreendidas a partir da noção do chamado Estado Mínimo, onde as políticas sociais e públicas que podem gerar algum tipo de lucro ficam cada vez mais nas mãos da iniciativa privada, que opera regulada pela ordem capitalista e, por outro lado, aquelas políticas sociais que

não geram lucros financeiros diretos, como é o caso da educação, ficam sob responsabilidade do Estado que, neste caso buscará o envolvimento da sociedade civil para suprir as demandas de custeio e de atendimento das questões de estrutura e de gerenciamento das instituições.

Em suas discussões, Bendrath e Gomes (2010, p. 160) destacam que:

com a efervescência do projeto neoliberal, impulsionado principalmente pela política internacional adotada pelo Banco Mundial e FMI a partir da década de 1970, a concepção de Estado enquanto provedor e impulsionador do desenvolvimento econômico e social deu lugar às regras das leis de mercado.

O autor Ronaldo Alves (2011, p. 5) explica que “a relação cooperativa e interventora do BM se deu através de mecanismos de assistência técnica entre o Brasil e os EUA ao final da Segunda Guerra”. Com essa abertura multilateral, teve início um processo de interferência e controle, por parte destes organismos internacionais, na elaboração de políticas públicas em diversas áreas, incluindo a educação, tarefa até então de responsabilidade do Estado. Nesta perspectiva, os principais organismos envolvidos com questões educacionais são a ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Sobre isso, Bendrath e Gomes (2010, p. 162) apontam duas propostas relevantes da UNESCO para a educação, são elas: “assistir aos países na formulação de políticas públicas” e “intermediar parcerias entre atores públicos, privados e não governamentais para garantir uma melhor coordenação de esforços e para sustentar o momento político favorável”. Percebe-se que tais medidas caracterizam-se como interferência direta nas ações educacionais.

Confirmam ainda os autores que:

podemos considerar tais políticas como pré-requisitos para concessão de empréstimos internacionais, onde os sistemas de metas funcionam como reguladores das políticas vigentes, contribuindo para a adequação entre os interesses do Estado e dos Organismos Internacionais, colocando a educação como fator de análise creditícia (BENDRATH; GOMES, 2010, p.162).

Portanto a relação estabelecida entre essas instituições e os Estados/Governos envolve questões bastante complexas. Enquanto um investe e

determina ações no cenário educacional, delimitando e ditando procedimentos e normativas, o outro as aplica visando a atingir bons índices de desempenho, ainda que isso não garanta a efetiva qualidade dos processos educacionais e benefícios para os principais envolvidos: alunos e professores. Isso implica inúmeros mecanismos de avaliações e metas estipuladas nos acordos entre os Estados e os organismos internacionais, buscando rendimentos que atinjam os números e índices idealizados, sempre comparados a países de primeiro mundo.

Desta forma, Alves (2011, p.8) afirma que “de acordo com os interesses puramente econômicos, o BM tem priorizado a relação custo-benefício para definir o direcionamento do investimento em educação e a sua própria qualidade”. É importante lembrar também, que todo esse investimento precisa ter um retorno. A lógica do retorno e o sistema capitalista ditando a gestão do sistema educacional são reflexos das práticas neoliberais. Essas práticas, portanto, pelas suas complexidades, acabam se distanciando das aparências positivas que, por vezes, apresentam e gerando grandes problemas na educação pública, na corrida para alcançar metas (através de sistemas e metodologias ainda deficientes e errôneas), focando a formação para o mercado de trabalho e deixando a desejar no seu comprometimento maior sua real função: a formação integral do ser humano.

A crítica maior ao sistema neoliberal, portanto, é que a partir destas intervenções externas, o Estado transfere seus deveres e responsabilidades sociais. Neste processo de transferência de responsabilidades, a sociedade civil é chamada, através de organizações não-governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs) e demais associações a participar do gerenciamento e organização das políticas sociais, antes de exclusiva responsabilidade do Estado.

Vera Peroni (2009), ao tratar da teoria neoliberal, considera que esta perspectiva assegura que o Estado encontra-se em crise e que o capitalismo deve ser reforçado e que, para isso, defende a privatização como possibilidade de superar a crise. Para a autora em questão, o contexto neoliberal acarreta significativos problemas para a construção de uma gestão educacional democrática, visto que a educação passa a ser regulada pelos padrões do mercado, do lucro e da produtividade. Peroni (2009) afirma ainda, que nessas teorias as políticas públicas são grandes fontes de despesas, portanto, a responsabilidade de execução dessas políticas deveria ser repassada para a sociedade, enquanto o Estado atua apenas

como órgão financiador. Evidente que a educação se inclui na lista desses serviços a serem repassados. Nesse sentido, a sociedade civil deixa de ter apenas a participação no que diz respeito ao controle e acompanhamento dos serviços prestados pelo Estado, e passa a ter o poder de gerenciar as políticas.

De acordo com Oliveira (2009, p. 15),

a lógica neoliberal que prega o 'benefício' da escola pública ao cidadão e a disputa por um lugar no mercado de trabalho necessita ser revista pela escola, no sentido de definir quais são os ideais que serão assumidos por esta instituição, considerando que os princípios de participação, democracia e cidadania são distintos daqueles propostos pelo sistema neoliberal e capitalista.

Para entender o processo de transferência de responsabilidade do Estado para as mãos da iniciativa privada (apresentada sob o enfoque de Organização Não-Governamental), cita-se aqui, uma instituição bastante reconhecida que pode ilustrar a teoria neoliberal: o Instituto Ayrton Senna. Este instituto é uma ONG que, desde 2004 está vinculada à UNESCO, sendo considerado um instrumento para que o país consiga atingir suas metas e auxiliar nos problemas da educação pública. É a lógica do mercado influenciando diretamente a gestão da escola pública. De acordo com informações retiradas do site desta ONG,

o Instituto dispõe às administrações públicas, gratuitamente, serviços de gestão do processo educacional que inclui diagnóstico e planejamento, formação de gestores e educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas inovadoras, tudo articulado de forma a promover uma educação integral para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens em suas múltiplas competências.

Consta ainda, que o instituto é referência nacional em elaboração de políticas públicas, e que este trabalha em busca de metas. Ou seja, é a plena substituição do papel do Estado, conferida, por sua vez, bem claramente, à sociedade civil organizada. Práticas externas interferindo no sistema público educacional, subtraindo a autonomia das unidades escolares, prejudicando, assim, o desenvolvimento da gestão democrática.

Para finalizar, é válido considerar os apontamentos de Alves (2011) acerca do neoliberalismo e suas consequências para a educação. Segundo o autor, as práticas neoliberais obtiveram sucesso em países do terceiro mundo. Isso acontece porque é

na escola, através das práticas escolares e culturais, que se consolidam processos de dominação e alienação.

Na verdade, nos países submetidos às ações das agências multilaterais, implantam-se currículos aparentemente modernos, mas que no fundo colaboram com reproduzir condutas alienantes, acríticas, apolíticas e que em nada se aproximam das metas objetivadas pelos grandes educadores (ALVES, 2011, p.10).

Vemos assim, que, apesar de a escola ser, ou pelo menos deveria ser, um ambiente de formação plena do sujeito, desenvolvendo habilidades de reflexão, pensamento crítico e autonomia, também é nesse espaço que as formas de dominação se naturalizam, moldando os indivíduos de acordo com os interesses da classe dominante, possibilitando, desta forma, a exploração de mão-de-obra, bastante visada nos princípios em questão.

1.2 Participação da Sociedade na Educação

Ao abordar a temática da participação, busco fundamento na definição de Gohn (2008), que trata de um tipo específico de participação, aquela que “leva à mudança e à transformação social” (Ibid., p. 31). Para a autora, a participação é entendida

como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e agregando novos valores e uma cultura política nova (GOHN, 2008, p.30).

Portanto, a participação pode ser compreendida como um ato político, na qual se tem um propósito ao agir bem como uma ideologia, fortalecendo práticas desalienadoras, que se interpõe aos interesses sociais e valores mais amplos e expressivos. Ou seja, é a busca coletiva, através de ações determinadas e conscientes, por conquistas positivas para a sociedade, por transformações. Nessa perspectiva, Camba (2004, p. 27), partindo da necessidade de acompanhamento e cumprimento das leis de cunho social, acrescenta que “a sociedade civil por si só não consegue garantir que essas leis se tornem totalmente efetivas, mas luta para

que os direitos dos cidadãos sejam priorizados nas políticas públicas em nosso país”.

Pode-se dizer que, no Brasil, a participação da sociedade civil, assim como o próprio conceito de sociedade civil, ganhou força e visibilidade no final dos anos de 1970, com a organização popular na luta contra o regime militar. Gohn (2008, p. 70) esclarece que “este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo...*”. Esse movimento de tomada de consciência da sociedade promoveu a organização de ações coletivas reivindicando seus direitos políticos, sociais, culturais. A autora relaciona este movimento de organizar-se independentemente do Estado, com o conceito de autonomia, fator imprescindível para a democracia. Nesse sentido, fazer parte de movimentos organizados da sociedade civil era uma maneira de resistência às condições políticas da época. Nesse cenário, portanto, houve um crescimento significativo no que se refere à criação de ONGs (assim como outras formas de movimentos coletivos).

A partir de 1985 o significado e a função da sociedade civil se alteram no cenário nacional, em consequência da mudança política ocorrida. Com a reabertura política alicerçada em processos democráticos, a sociedade civil organizada e suas ações passam a ser fundamentais, para assegurar a lógica neoliberal, em ênfase nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Com isso, entra em cena o conceito de cidadania, que apesar de já fazer parte das lutas de outrora, tem seu significado ampliado, já que por cidadania não se entende mais somente a luta pelos direitos civis, mas também pelos direitos sociais, como condições de trabalho, moradia, saúde e educação. É por aí, através da consciência cidadã, que a sociedade garante sua presença nas lutas políticas e sociais. Uma das vias de participação da sociedade passa a ser a parceria com o poder público por meio, por exemplo, dos conselhos, das ONGs e das associações.

Ainda sobre esta perspectiva de participação, principalmente no que diz respeito às ONGs (foco de estudo deste trabalho), se faz importante lembrar que a atuação neste setor se dá através, principalmente, do voluntariado. Em consequência, portanto, dessa expressiva presença de pessoas e de organizações coletivas atuando no cenário público/social, foi necessário regulamentar as regras para o trabalho voluntário. A Lei nº. 9.608/98 caracteriza o serviço voluntário como “a

atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social” (BRASIL, 1998), e ressalta que tal atividade não gera vínculo empregatício, mediante termo de adesão entre as partes.

Por fim, vale lembrar as palavras dos autores Jose Bernardo Toro e Nisia Maria Werneck (2007), na sua obra *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*, quando afirmam que a mobilização de uma sociedade é a maneira de garantir na prática, os princípios contidos na nossa Constituição e que é através dessa participação que se consolida um regime democrático. Essa prática participativa e cidadã implica a visão que as pessoas têm, ou não, de que são responsáveis pelas mudanças que desejam ver, deixando de conferir somente ao outro a possibilidade e o dever de agir.

De acordo com os autores, “cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar” (Ibid., p. 10). Acrescentaria, neste caso, que enquanto cidadãos, nos cabe cumprir e proteger os princípios sociais, humanos e políticos nos quais acreditamos, e um deles é a oferta de uma educação de qualidade nas nossas redes de ensino.

1.3 A Legislação Brasileira e o Chamamento à Participação

A participação da sociedade na esfera pública foi ganhando espaço e tem sua garantia também na legislação. Ainda que saibamos que por trás de algumas leis existam interesses diversos, pautados nos princípios neoliberais, como a busca incessante por metas, e devido a isso a aplicação de sistemas de avaliações distorcidos. Há também, leis que têm por base interesses econômicos internacionais, e que por meio de um discurso democrático transferem à sociedade responsabilidades que deveriam ser atendidas, com qualidade, pelo Estado.

Porém, através dessa via legislativa, muitas iniciativas positivas se apresentam, diversas instituições sérias têm realizado trabalhos comprometidos em áreas sociais essenciais para a comunidade, suprimindo a dificuldade (ou ineficiência)

do Estado, ou mesmo atuando aliadas a ele. Outras leis são criadas ainda, para regulamentar e favorecer a atuação dessas organizações da sociedade civil.

É na Constituição Federal de 1988 que inicialmente é promovida a atuação da população junto aos serviços públicos, ao preconizar, em seu art. 227 que:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A mesma lei determina que a oferta educacional “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (...)” (Art. 205). O direito à educação e o dever do Estado, e da família, em zelar por sua garantia já é fato conhecido, vale refletir, no entanto, na parcela de responsabilidade de cada um, enquanto sociedade, para assegurar uma educação de qualidade. A fiscalização dos investimentos na educação, assegurados por lei, e a reivindicação do cumprimento da lei é uma via de atuação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu artigo 4º também confere à sociedade (assim como ao Poder Público) o dever de assegurar o cumprimento dos direitos contidos na lei. Ressalta também a existência de deveres individuais e coletivos. Para Camba (2004, p. 46), o ECA é um marco de referência, pois “deixa de pensar as questões sociais como necessidade e carência e passa a vê-las como direito”, cabendo a toda sociedade a responsabilidade de preservá-los.

A LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na seção que trata das instituições de ensino, promove o fortalecimento da autonomia das escolas, através principalmente, da liberdade para elaborar e executar suas propostas pedagógicas, com a incumbência de articular a escola com a sociedade (BRASIL, 1996). Percebe-se, por aí, a liberdade das unidades escolares de buscarem alternativas para enriquecer e qualificar seus processos de ensino, através da elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico. Como veremos mais adiante, na análise da pesquisa, as escolas que se propõem a trabalhar com parcerias, relatam ter essa iniciativa registrada no PPP, iniciativa esta elaborada a partir da discussão com todos os envolvidos no ambiente escolar.

Se tratando de legislação, portanto, podemos apontar tanto uma proposta de Gestão Democrática (o que pressupõe progressiva autonomia das escolas nas suas propostas pedagógicas) quanto medidas que preveem e propõe ações articuladas entre as unidades escolares e organizações da sociedade civil que favoreçam a oferta de um ensino de qualidade.

No Plano Nacional de Educação 2000-2011, consta como meta educacional (para um período de dez anos) para todos os níveis e etapas da educação básica, a articulação da escola com diferentes setores, tanto na esfera pública quanto com a sociedade civil. São citadas como possibilidades de parcerias: Universidades, sistemas de saúde, bibliotecas, teatros (públicos ou privados) e ONGs. De acordo com o PNE, a sociedade também é responsável pela manutenção/promoção de uma educação de qualidade, devendo esta zelar e acompanhar o cumprimento das políticas educacionais. No documento consta que

universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização. Dada a importância de criar oportunidades de convivência com um ambiente cultural enriquecedor, há que se buscar parcerias com os equipamentos culturais públicos, tais como museus e bibliotecas e privados, como cinemas e teatros. Assim, as metas que se seguem, imprescindíveis à construção da cidadania no País, requerem um esforço nacional, com responsabilidade partilhada entre a União, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade organizada (...) Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2000, p.51).

No projeto de lei do novo PNE que ainda está em tramitação para ser aprovado, é reafirmado o propósito de que a educação deve ser um compromisso de todos e a importância da criação de espaços de participação da sociedade “na construção de novos marcos para as políticas educacionais” (BRASIL, 2010, p. 24).

Ainda no projeto de lei é previsto também o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação – o qual apresenta mecanismos e propostas visando a melhoria da educação, baseadas no diagnóstico exposto no PNE. O PDE tem como um de seus pilares a mobilização social, entendendo que a sociedade só assumirá este compromisso quando incorporar a educação “como valor social” (BRASIL, 2010, p. 10).

Além disso, é importante destacar uma lei específica que podemos classificar como um marco representativo desta relação entre sociedade e Poder Público, que

viabiliza e regula as parcerias. Em 1999, surge no artigo 9º da Lei 9.790, que trata de legislar sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP’s – o Termo de Parceria. Esse termo é definido como um instrumento que possibilita a criação de vínculos de cooperação entre o Poder Público e as OSCIP’s para iniciativas que contemplem os interesses públicos. Neste documento deve constar a proposta específica de trabalho das OSCIP’s, com perspectivas de despesas, os interesses, objetivos e resultados a serem atingidos, assim como os prazos e cronogramas. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público se comprometem ainda a entregar aos órgãos públicos relatórios de execução e avaliação das atividades realizadas, os quais serão devidamente avaliados.

1.4 A Questão do Investimento em Educação no Brasil

Para abordar este assunto, esclareço que irei fazer um recorte no que diz respeito aos níveis e modalidades educacionais, portanto, os dados e reflexões feitas nesta seção tratam apenas da educação básica, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em 1998, constatada a necessidade de um documento decenal que avaliasse e traçasse metas para a educação no país, foi apresentado o Plano Nacional de Educação – PNE. O PNE foi criado com caráter de lei, sendo capaz de regular ações no âmbito educacional. A lei entrou em vigor a partir do ano 2000 e já na sua introdução destaca que,

considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade à dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais (BRASIL, 2010, p. 7).

O Estado reconhece, portanto, dificuldades financeiras para proporcionar a qualidade da educação. Isso fica claro quando, em todos os níveis de ensino o PNE propõe como meta a adequação do espaço físico e a formação em nível superior e continuada dos professores, ou seja, condições básicas para os processos de ensino-aprendizagem como essas não são atendidas em um número significativo de

escolas ainda hoje. Ainda no documento acima citado, fica claro que o investimento em educação, desde a etapa infantil, é pensado a partir de uma “taxa de retorno”. A partir disso, é possível começar a perceber alguns equívocos no pensamento que concebe o nosso sistema educacional.

Sobre o ensino fundamental, a lei diagnostica uma taxa elevada de alunos acima da idade correspondente a sua série escolar, sobre isso é exposto que “esse problema dá a exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do País: os alunos levam em média 10,4 anos para completar as oito séries do ensino fundamental” (BRASIL, 2000, p.21).

O índice expressivo de repetência, consequência das deficiências do contexto educacional, provoca elevadas taxas de evasão e, além disso, um custo maior para o Estado, já que um aluno permanece por um período mais longo no ensino fundamental, gerando, portanto, mais gastos para os cofres públicos. Esse número cresce no ensino médio e demanda a elaboração de políticas públicas que dêem conta das dificuldades.

O documento registra ainda, que o investimento em educação no Brasil equivale a 5% do Produto Interno Bruto – PIB (dado avaliado em 1995), propondo que em dez anos, se atinja o equivalente a 7% do PIB.

Em uma avaliação do PNE entre os anos de 2001 e 2009, Dourado (2010, p. 693) constata o “descompasso entre o proposto e o efetivado” e direciona atenção para a lógica do mercado que “conquistou” seu lugar no cenário educacional, fato que já ficava visível ao se relacionar investimento em educação e “taxa de retorno”. Segundo o autor:

Não por acaso, o PNE aprovado contou, ainda, com significativas restrições à gestão e ao financiamento da educação, em função de nove vetos presidenciais ao que fora delineando. Como lógica e concepção política decorrentes desse processo, presenciamos a interpenetração entre as esferas pública e privada sob a égide do mercado, o que, na prática, abriu espaços para a consolidação de novas formas de privatização da educação (DOURADO, 2010, p. 684).

O autor acrescenta que a porcentagem do PIB investido em educação no Brasil não fica muito atrás dos países desenvolvidos, porém, vale lembrar a discrepância nos potenciais econômicos em questão. De acordo com uma notícia veiculada pelo portal do Ministério da Educação – MEC, no ano de 2008, “em 2002, o valor investido foi de R\$ 1.289 por aluno; em 2006, foi de R\$ 1.773”. Relativo a

dados do ano de 2009, houve o crescimento de 1% do PIB investido em educação a partir de 2004, “o maior já registrado na história do país”, só então alcançando a marca (e a meta) de 5% do PIB. Com isso, o então ministro da educação Fernando Haddad, assinalou que o Brasil já estava se igualando com os países desenvolvidos no investimento, já que estes investem cerca de 6% do PIB.

Com relação a isto, foi divulgado em 2007, no jornal O Estado de São Paulo, que o Brasil é o país com o menor gasto por aluno/ano entre os 34 países do OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico):

O valor que é investido em cada estudante - somando-se gastos do ensino básico e do superior - é de US\$ 1.303 por ano. Noruega e Suíça investem quase dez vezes mais, mas o Brasil perde ainda para latino-americanos como Chile e México, que gastam o dobro (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

Outra questão fundamental a ser exposta, neste quesito, é a baixa valorização dos professores das redes públicas de ensino. De acordo com reportagem veiculada pela Revista Nova Escola,

a valorização da carreira docente é pré-requisito essencial para que o Brasil avance na melhoria da qualidade da Educação pública ofertada (REVISTA NOVA ESCOLA, 2012).

Nesse sentido, um fator importante foi a lei nº. 11.738, que instituiu, em 2008, o piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica. A lei define também, que a jornada de trabalho deve ser de dois terços da carga horária em sala de aula. Portanto, um terço das horas trabalhadas deve ser utilizada para momentos de estudos, planejamento e avaliação.

Apesar do conhecimento de tais exigências e necessidades fundamentais para as condições de trabalho docente, somente cinco estados brasileiros cumprem a lei do piso salarial. Vale ressaltar que o estado do Rio Grande do Sul não cumpre nenhuma das duas exigências citadas, o que acarreta diversos problemas para a educação estadual, problemas estes em grande evidência.

Em reflexo das deficiências citadas, Leher *apud* Valente (2008) traça um panorama da situação atual da educação no país, ele aponta que:

No ensino fundamental, dos cerca de 35 milhões matriculados, a cada ano 4 milhões são reprovados, 3 milhões abandonam a escola e apenas 2,7 milhões concluem a oitava série. Neste percurso, contudo, a cada ano, 800

milhões concluem a quarta série analfabetos. Dos 8,2 milhões que estão cursando o ensino médio, 750 mil são reprovados a cada ano, 1,1 milhão abandonam a escola e apenas 1,8 milhão concluem o ensino médio, porém, nos exames PISA, ocupam o último lugar entre todos os 40 países pesquisados em matemática (LEHER, 2005, *apud* VALENTE, 2008, p.2).

Por fim, o Projeto de Lei que aprova o PNE 2011/2020, e que ainda está em tramitação, destaca como diretrizes a oferta de educação de qualidade, o aumento no investimento e a valorização dos profissionais. Na meta 20, encontra-se ainda, a intenção de alcançar 7% do PIB em investimentos na educação. No que se refere aos investimentos em educação, sabe-se da luta das organizações sociais, das escolas e da sociedade para que os valores aplicados nas políticas educacionais sejam maximizados, porém, há grandes resistências por parte dos setores governamentais, o que tem travado inclusive a pauta de aprovação do novo PNE. Contudo sabe-se que ainda que as discussões travadas apontem a necessidade de um investimento de cerca de 10% do PIB brasileiro em educação, hoje, os valores já assegurados não são aplicados em sua totalidade, o que dificulta a efetivação de uma proposta educacional de qualidade e socialmente referenciada.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL E DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: PARCERIAS ESTABELECIDAS NO ESPAÇO DA ESCOLA PÚBLICA

Neste capítulo busco situar o papel da gestão educacional, conforme preconiza a legislação de ensino brasileira, pautada em autores que discutem esta temática. Ainda, é foco neste momento do estudo o papel das ONGs e das parcerias que se estabelecem entre estas e o setor público. Cabe ressaltar que o viés de discussão perpassa pelos processos de parcerias e quais as implicações dessas parcerias entre escolas públicas e Organizações Não Governamentais no processo de qualificação do ensino. Para isso, é fundamental refletir acerca da atual situação da educação e alguns fatores envolvidos nesse contexto, como a participação da sociedade, por exemplo.

O esclarecimento dos conceitos de Gestão e de ONG, também é imprescindível neste trabalho, assim como o levantamento de estudos, legislação, pesquisas e autores que abordam questões relacionadas a parcerias entre ONGs e escolas públicas.

2.1 Gestão da Escola Pública

Aqui pretendo estabelecer uma relação entre a temática abordada no presente estudo e os processos de Gestão ligados à educação, fazendo um recorte no entendimento acerca da Gestão Escolar.

Vimos anteriormente uma breve explicitação da legislação brasileira que propõe e assegura a participação da sociedade nos setores públicos, dentro desse aspecto, situam-se leis que garantem a progressiva autonomia das unidades escolares. Pois bem, a prática da Gestão Democrática no Ensino Público também é um princípio garantido por lei, na Constituição Federal de 1988 e na LDB/96.

Para começar a falar em Gestão vale ressaltar que o termo é relativamente recente no setor educacional (parte da volta dos processos democráticos no Brasil, com a Constituição de 1988). Isso se deve ao fato da mudança de entendimento na

forma de conceber e organizar o trabalho educacional, não mais com os pressupostos da administração e seu perfil centralizador e burocrático, onde o administrador manda, impõe as regras e os demais as cumprem. Por isso, Lück (2001) afirma que os fundamentos da administração escolar são bastante limitados. Para citar alguns exemplos de teorias de administração que foram aplicadas ao sistema educacional, podemos apontar o Taylorismo e o Fordismo, ambos são pautados na visão capitalista, buscando a redução de custos, os lucros elevados e a produção em série, onde os trabalhadores não têm autonomia.

É no esforço em superar tais limitações, que vem se concretizando no contexto educacional a mudança das formas de organização da educação, que passam a fomentar práticas sinérgicas e democráticas, são esses fatores que caracterizam a Gestão. A autora citada acrescenta que a Gestão

em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 2001, p. 1).

É importante, também, esclarecer e diferenciar os significados de Gestão Educacional e de Gestão Escolar. A Gestão Educacional refere-se ao macrossistema, ou seja, envolve as esferas de governos federal, estadual e municipal, a articulação dessas instâncias nas iniciativas para a educação, assim como as condições e oferta de ensino, assim a Gestão Educacional é o campo das normatizações de leis que gerem a educação no Brasil. De acordo com Vieira (2007) a elaboração e aprovação de leis como a LDB é um exemplo de como o governo atua na Gestão Educacional. Ainda segundo a autora, os envolvidos nessa esfera de gestão “fazem parte de organizações como secretarias de educação, órgãos normativos do sistema ou outras instituições integrantes do sistema educacional, nos diversos níveis do Poder Público” (Ibid. p. 63).

Já a Gestão Escolar envolve ações desenvolvidas no âmbito da escola, atividades de organização, planejamento, acompanhamento e avaliação. Refere-se, portanto, ao microssistema. Engloba aspectos pedagógicos e administrativos, buscando formas de se articular com a comunidade escolar, além de zelar pela garantia e qualidade do ensino e da aprendizagem.

Vieira resume com eficiência as atribuições das instituições de ensino na sua tarefa de gestão, a autora aponta que

são tarefas específicas da escola a gestão de seu pessoal, assim como de seus recursos materiais e financeiros. Noutras palavras, cabe a ela gerir seu patrimônio imaterial e material. O primeiro refere-se às pessoas, às ideias e à cultura produzida em seu interior; o segundo diz respeito a prédios e instalações, equipamentos, laboratórios, livros, enfim, tudo aquilo que se traduz na parte física de uma instituição escolar (VIEIRA, 2007, p. 62).

Esses conceitos ainda se ampliam para o princípio de Gestão Democrática, que está associada ao compartilhamento de responsabilidade nos processos de tomada de decisões. Esse princípio parte da Constituição de 1988 e da LDB 9394/96, quando o campo da gestão escolar passa a ser revestido de novos atributos: as bases democráticas. Em decorrência disso, a questão pedagógica, administrativa e financeira passa a ser conduzida de forma participativa. Por isso, é necessário um novo olhar sobre a organização escolar, orientada pela perspectiva da cooperação e de relações dialéticas.

A LDB/96 é bem específica ao definir a Gestão Democrática na escola, assegurando que

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, Art. 14).

Defende-se, nesta perspectiva, um trabalho sinérgico, articulado, rechaçando ações isoladas, descontextualizadas, desarticuladas e decisões centralizadas. Com isso, todos se tornam responsáveis pela construção do sistema educacional, superando a visão burocrática e hierarquizada da organização escolar. Tais ações conjuntas seriam conduzidas pela equipe gestora da escola, em especial o diretor. Como já citado anteriormente, é o fortalecimento dos processos democráticos na escola.

Desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para seus problemas e, portanto, mais adequadas às suas necessidades e expectativas, segundo os princípios de autonomia e participação, indicadas por Valérien (1993), como duas das três principais características da gestão educacional. A terceira característica seria o auto-controle, que equilibraria a autonomia e participação(...) (LÜCK, 2001, p.2).

Assim, a busca pela Gestão Democrática na escola implica a garantia da autonomia da unidade escolar, possibilitando que aqueles que fazem parte dos processos educacionais definam a melhor maneira de conduzir as situações e os melhores recursos para qualificar as práticas de ensino, de modo que se alcance o principal propósito da educação: uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, é importante que as decisões sejam tomadas dentro da escola, ou seja, por quem vai realizar as práticas e por quem vai ser beneficiado por elas. São esses sujeitos que conhecem as dificuldades, os potenciais e a realidade que se apresenta, e que melhor podem opinar sobre as mudanças cabíveis na instituição. Vale ressaltar, porém, que adotando essa maneira de conduzir a organização escolar, não significa eliminar os vínculos com as respectivas redes mantenedoras, apenas garantir o direito de autonomia.

Tendo por base essa proposta de organização, torna-se viável que a equipe gestora, professores, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, pais e comunidade escolar apresentem como medida de qualificação a articulação com a sociedade civil organizada promovendo práticas que contribuam com os processos e possibilidades de ensino-aprendizagem. Desta maneira, além da busca por meios que acrescentem algo de positivo para a escola e para os alunos, consolidam-se os princípios para uma Gestão Democrática, fortalecendo os laços com a comunidade escolar, participação e responsabilidade pela construção de educação de qualidade.

2.2 Organizações Não-Governamentais: Conceito e Formas de Atuação no Contexto da Educação

Conforme discussão anteriormente suscitada, a necessidade de participação popular nas décadas de 1970 e 1980 impulsionou o protagonismo social, e frente a esta dinâmica se projeta a criação e desenvolvimento das ONGs. Apesar das críticas à presença dessas organizações no espaço público, alegando que funcionam de acordo com uma concepção neoliberal, elas vêm crescendo e assumindo um lugar de destaque na sociedade. Muitos autores, portanto, condenam o trabalho das ONGs no contexto educacional, alegando que estas assumiriam a tarefa do Estado, que se isenta da responsabilidade de se envolver na busca por

melhorias e repassa a responsabilidade para a sociedade. No entanto, há também aqueles que acreditam que a participação em ONGs, e a atuação destas nas diversas áreas sociais, fortalecem a cidadania e os processos democráticos, contrariando e reagindo às estruturas de poder impostas.

Para enriquecer esta discussão, é necessário compreender o significado desta sigla já bastante popular – ONG – um pouco do seu histórico, assim como conhecer seus objetivos. Para isso, me baseio na definição da ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – que esclarece que o termo é carregado de identidade e significados, e define que uma ONG é “uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos” (ABONG, 2007, p.11).

Para Sérgio Haddad (2002), então presidente da ABONG, ONG “é um grupo de pessoas que produz certo tipo de conhecimento e ajuda a sociedade civil a produzir novos direitos”.

Também amparada nas definições da ABONG, a autora Salete Camba aponta que o termo tem sido bastante disseminado ao longo dos últimos anos, gerando interesse e ganhando espaço também no cenário educacional. Ela explica que essas organizações

servem à comunidade, realizam um trabalho de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos, lutam contra a exclusão, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e ao pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas (CAMBA, 2004, p. 18).

A autora esclarece ainda que

as ONGs são associações civis e autônomas, não-estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na Sociedade Civil (CAMBA, 2004, p.16).

No que se refere ao campo de atuação das ONGs, diversas são as ocorrências, porém, de acordo com dados do IBGE, no ano de 2005 havia 338 mil entidades e organizações desta espécie no Brasil, sendo que 48,9% apresentam como tema político e foco de trabalho a educação (ABONG, 2010, p. 11).

A ABONG se posiciona criticamente frente à visão equivocada que muitas vezes é difundida sobre as ONGs, considerando que no Brasil, hoje, não há uma reflexão aprofundada sobre o papel das ONGs, que possibilitem o fortalecimento da sociedade e das práticas emancipatórias. O posicionamento contra o entendimento de que essas entidades são instrumentos de uma política neoliberal é bastante reforçado em especial quando esta associação deixa claro que “recusa a confusão entre o papel do Estado e o papel das organizações da sociedade civil na promoção do interesse público” (2007, p.31), se opondo à transferência de responsabilidades.

Haddad, com muita clareza, explica que

as ONGs podem até atuar na lógica do esvaziamento do papel do Estado, e há de fato organizações que se pautam dessa maneira. Mas nós, da ABONG, achamos que é, ao contrário, o fortalecimento do poder público que pode universalizar direitos na área da saúde, da educação, de projetos de minorias (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

A Associação Nacional das Organizações não Governamentais em suas diretrizes defende a importância da atuação dessas organizações no sentido de que

o desenvolvimento de metodologias inovadoras e exemplares no campo social, promovido pelas ONGs e muitas vezes apoiado pelo Estado em projetos pilotos, pode em um segundo momento, servir de modelo para o aprimoramento e redesenho das políticas públicas em uma escala macro (ABONG, 2007, p. 22).

Nesse sentido, Haddad, na sua entrevista para o site Folha de São Paulo, cita como exemplo dessa mobilização política, e do ideal do reconhecimento dos direitos, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, inicialmente, partiu de ONGs e depois transitou pelos partidos políticos e pelo Congresso para se tornar lei. Ele afirma, nesta questão que, “as ONGs não substituíram a ação partidária ou a ação sindical, mas definiram a necessidade do novo direito”.

É defendido ainda, pela ABONG, uma legislação que reconheça a importância das ONGs, que “impeça que as entidades sejam utilizadas por governantes com a finalidade de contornar dispositivos legais e como forma de terceirizar políticas públicas” e que “não permita a utilização das entidades da sociedade civil como ‘quebra-galho’ dos problemas do Estado (Ibid., p. 31). Seguindo nesta perspectiva, Camba reafirma a importância da atuação e participação da sociedade nos espaços públicos, dizendo que

as ONGs atualmente se articulam como grupos e movimentos na busca de influenciar e cobrar do estado as políticas governamentais para que essas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo e, também, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política (CAMBA, 2004, p. 17).

Maria da Glória Gonh (2008, p. 97), reforça essa ideia quando trata dos objetivos das ONGs, essas organizações têm uma característica diferenciada ao prestar seus serviços, estes “não seguem a lógica do mercado mas a lógica da cooperação e da solidariedade”, e a solidariedade entendida pela autora é bem diferente do assistencialismo, trata da luta pela garantia dos direitos básicos de todos.

Uma crítica comum ao trabalho das ONGs, é que estas instituições acabam substituindo o Estado em muitas áreas sociais, ocorre, porém, que a atuação das ONGs promove e estimula “uma nova cultura política via intervenções no debate político, na opinião pública, de atuarem no plano cultural e simbólico...” (GOHN, 2008, p. 102). Ainda para a autora, a atuação das ONGs é legitimada pelo reconhecimento da sociedade, das deficiências do Estado, assim como da importância e eficácia das ações.

Percebemos, portanto, a divergência de opiniões neste campo. No entanto, os envolvidos nos estudos e no ambiente dessas organizações, acreditam que as ONGs são espaços privilegiados de participação cidadã e desenvolvimento de consciência crítica e política, visando a conquista plena dos direitos sociais, desfazendo a ideia de que as ONGs fazem o trabalho que deveriam ser do Estado, mitigando as responsabilidades deste para com os serviços públicos. Por este prisma, essas organizações se constituem como espaços coletivos de lutas e ideais, adotando uma postura crítica frente às questões sociais e políticas. Deste modo, as ONGs não substituem o Estado e não possuem caráter assistencialista. Elas atuam como um mecanismo de criação de novas possibilidades.

2.3 Um Caminho que Leva às Parcerias

O pior não é o mundo que está aí. O pior é pensar que só esse mundo é possível (Gadotti, 2009, p. 22).

Não obstante as diferentes perspectivas envolvam as parcerias entre ONGs e esfera pública, busco, nesta seção, apontar fatores e autores que têm evidenciado o convite e o fortalecimento da participação da sociedade, principalmente na área educacional. Para isso, é necessário situar que a proposta de análise que apresento e desenvolvo nesta monografia se dá a partir de experiências de parcerias que buscam eventos pedagógicos e recursos para contribuir com práticas escolares. São ações que, *a priori*, não ditam e que não impõe normas ou diretrizes interferindo nas práticas de gestão da escola. As experiências aqui apresentadas buscam ainda fortalecer a concepção de uma educação reflexiva, conscientes da necessidade da inclusão social, participando da formação de sujeitos autônomos, pensantes, através, como é o caso da ONG participante desta pesquisa, da sua atuação na contação de histórias.

Percebe-se, atualmente, no cenário social, movimentos que vão ao encontro à proposta de uma sociedade consciente, onde a luta pelo direito à educação e por uma educação de qualidade se torna cada vez mais um imperativo e necessidade fundamental. Como exemplo disto, podemos citar o Fórum Mundial de Educação (FME), um movimento popular e uma organização política que tem como bandeira a luta por um projeto de educação emancipatória e libertadora, formando sujeitos críticos, e não configurada apenas em mão-de-obra trabalhadora, construindo um espaço para alternativas, ideias e projetos coletivos, estratégias coletivas que apontem um caminho para um outro mundo possível. Nesse sentido, o FME é um movimento que não está inserido no espaço físico da escola, mas se constitui como uma parceria na qual a sociedade reclama e busca a garantia dos direitos na educação. Formado de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, com sua primeira edição em outubro de 2001, em Porto Alegre, atualmente já se expandiu para diversos países.

De acordo com Gadotti, em seu livro “Fórum Mundial de Educação: proposições para um outro mundo possível”,

o FME, na mesma perspectiva do FSM, sustenta-se em **dois pilares básicos**: a construção de uma alternativa ao projeto político-pedagógico neoliberal e o pluralismo de ideias, métodos e concepções. É um espaço plural, não confessional, não governamental e não partidário, não violento e autogestionado (GADOTTI, 2009, p. 16, com grifos do autor).

E, ainda o autor complementa dizendo que

o sonho é ousado, mas possível, necessário e urgente. O convite está aberto a todos e a todas para se associarem neste grande movimento de construção de outro mundo possível, fortalecendo esta rede de pessoas, instituições, organizações, movimentos (GADOTTI, 2009, p. 17).

Para o autor, o social e o educativo andam juntos. Ele explica que para alcançarmos o objetivo do direito à educação de qualidade, o Estado, tendo o dever de garantir este direito à sociedade, precisa aproveitar o potencial das organizações e movimentos sociais, propondo um sistema de educação centrado na cooperação, e, a partir disto, elaborar políticas públicas educacionais.

Gadotti (2009) ressalta que o esforço coletivo empreendido nestes encontros, como é o caso do FME faz com que as decisões e propostas geradas representem os verdadeiros anseios de milhares de pessoas no campo da educação.

O FME, portanto, reafirma que o direito à educação é dever do Estado (inclusive a valorização dos profissionais da educação), rechaçando qualquer iniciativa de privatização e mercantilização desse direito, no entanto, entende e defende que a cooperação entre organizações da sociedade civil se apresenta como uma possibilidade de garantia da educação pública de qualidade e o reconhecimento das diversas desigualdades presentes em nossa realidade. Dentro destas organizações estão as ONGs, que segundo Gadotti (2009), são essenciais para o funcionamento da democracia.

Se tratando da participação de ONGs no sistema educacional, é importante destacar que esta articulação já acontece há algum tempo, antes mesmo de ser fortalecida pelos ideais do FME. Este é um fenômeno que tem crescido bastante, e há a ideia de que futuramente possa influenciar a criação de políticas públicas na educação.

Salete Valesan Camba (2004, p.14) já atentava para esta problemática, em especial quando refere que a relação entre a Sociedade Civil, por meio das ONGs, e a educação se destaca cada vez mais “como um fator de busca de novas políticas públicas da área”. Camba ainda ressalta a importância da temática, visto que

ao salientar a importância das ONGs no apoio às escolas, denuncia-se a ausência e negligência do Estado e acena-se para uma nova possibilidade de organização educacional que a parceria entre ONGs e escolas públicas pode possibilitar (CAMBA, 2004, p.15).

Deste modo, segundo a autora, a atuação das ONGs no cenário educacional não deixa de ser uma maneira de cobrança. Elas não substituem o Estado, mas cobram do Estado iniciativas e políticas que ofereçam condições propícias para o desenvolvimento das atividades e projetos escolares. Além disso, Silvio Caccia-Bava (1994 *apud* CAMBA, 2004, p.17) afirma que essas organizações fortalecem os distintos atores sociais.

Os trabalhos desenvolvidos pelas ONGs também tem como objetivo garantir e expandir a participação da sociedade nos processos educacionais. Camba (2004, p. 27) ressalta que “a sociedade civil por si só não consegue garantir que essas leis se tornem totalmente efetivas, mas luta para que os direitos dos cidadãos sejam priorizados nas políticas públicas em nosso país”.

Para reafirmar a crescente e importante articulação das ONGs com a educação, no ano de 2000 diversas ONGs reuniram-se em Dakar, na Cúpula Mundial de Educação, dez anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien. Nesse encontro, as ONGs se comprometeram “a trabalhar e cooperar com os governos para alcançar a meta de uma educação de qualidade para todos” (CAMBA, 2004, p. 37).

Partindo desta visão sobre a parceria entre ONGs e escolas públicas, é possível perceber que essa articulação já conquistou espaço no âmbito educacional, sendo apresentada em encontros de forte expressão mundial como uma possibilidade de aliança com o Estado, afim de conquistar um objetivo comum: a educação de qualidade. Por isso, Camba (2004, p. 18) expõe que

a Sociedade Civil organizada, as ONGs e os Movimentos Sociais e Populares, estão se tornando sujeitos, personagens-chave com potencial para transformação social através da luta por um mundo mais justo, mais igualitário, *menos feio e menos malvado* como nos dizia Paulo Freire.

Portanto, a ideia de cooperação entre as ONGs e a educação pública apresentada nos deixa claro que há um caminho, já bastante definido, conduzindo às parcerias, e apostando nestas como um meio de fortalecer ideais coletivos, de reclamar direitos sociais e de vislumbrar novas possibilidades para a educação. Na

sequência desta leitura, poderemos visualizar a efetivação dessa prática, através das iniciativas de parcerias estabelecidas entre duas escolas públicas de Porto Alegre e a ONG Cataventus.

CAPÍTULO 3

A PARCERIA ENTRE A ONG CATAVENTUS E ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE/RS: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS EDUCACIONAIS ENVOLVIDOS NESTA PROPOSTA

Neste capítulo descrevo inicialmente como se configurou esta pesquisa apresentando os caminhos metodológicos percorridos, os instrumentos e recursos utilizados e caracterizo as instituições e os sujeitos que participaram do estudo.

Através dos posicionamentos dos distintos sujeitos educacionais ligados a duas escolas públicas municipais de Porto Alegre/RS busca-se analisar a percepção destes quanto ao envolvimento com as ações desenvolvidas pela ONG Cataventus que, em sua atuação possibilita a imbricação da sociedade civil em parceria com as instituições públicas de ensino.

3.1 Caracterizando a Pesquisa

Início esta escrita lembrando das palavras de Chauí (2000) sobre suas considerações acerca da filosofia, quando a autora percebe que esta se constitui na atitude de questionar-se, na decisão de refletir sobre as coisas antes de aceitá-las.

Partindo desse pensamento, procurei adotar essa atitude no processo de elaboração e construção deste estudo, buscando conhecer os divergentes pontos de vista acerca da temática, buscando informações e esclarecimentos que me possibilitassem conhecer as visões diferenciadas, contrapondo as maneiras de encarar a atuação de ONGs no espaço da educação pública.

Faz-se necessário esclarecer que com este estudo, não pretendo apontar uma verdade absoluta, mas sim uma maneira de olhar os fatos. Esta investigação é antes, um convite ao leitor, para que ele também assuma uma postura crítica e reflexiva frente às ideias e ao estudo em questão. Como nos explica Costa (2002, p. 152), se referindo à pesquisa, “o que podemos ter são hipóteses provisórias e parciais, que nos dão segurança temporária”.

Valendo-me ainda das palavras de Costa (Ibid., p.153), ressalto que “a pesquisa científica está sempre a serviço de algo ou de alguém”, é por isso, com o objetivo de contribuir para os estudos na área da educação, que me propus a pesquisar e melhor compreender quais são as implicações das parcerias entre a ONG Cataventus e escolas públicas no processo de qualificação do ensino. Refletindo acerca dessa questão, busco entender se tal parceria pode se constituir como uma ação positiva, na visão dos gestores em educação.

Retomada a problemática do estudo, é importante destacar que este trabalho se trata de uma pesquisa em educação do tipo qualitativa. Do ponto de vista de André (1995), a pesquisa com abordagem qualitativa busca compreender um determinado fato considerando o contexto onde ele ocorre e é baseada em uma investigação pautada na interpretação dos fenômenos, das ações, é uma busca por significados partindo de uma visão holística dos acontecimentos.

À abordagem qualitativa estão associados diferentes tipos de pesquisas, sendo que esta ora executada se configura como um Estudo de Caso, por ter como foco um fenômeno particular, um evento específico. Mais especificamente, esta pesquisa é considerada um estudo de caso múltiplo, pois a investigação acontece em mais de uma instituição que desenvolve o mesmo tipo de trabalho – as parcerias com ONGs. Participaram da pesquisa, duas escolas da rede pública de ensino da cidade de Porto Alegre e a ONG Cataventus. Para a coleta e registro de dados, fiz uso de questionários (Apêndices A e B), que foram respondidos pela diretora de uma das instituições e pela coordenadora cultural da outra, na Cataventus o questionário foi respondido pela presidente da instituição. Ressalto que os questionários eram compostos por nove questões, as quais eram diferenciadas para as escolas e para a ONG.

O questionário apresentava uma breve apresentação do trabalho, temática, e objetivos da pesquisa. Foi elaborado com questões abertas, ou seja, o participante tinha a possibilidade de formular suas respostas, podendo expressar suas opiniões, comentários e esclarecimentos que considerasse significativos, garantindo, desta forma, o preenchimento com respostas dissertativas.

3.2 As Instituições

São três as instituições que participaram desta pesquisa: a Cataventus, uma Organização Não-Governamental, que foi selecionada e contatada devido ao meu prévio conhecimento sobre seus trabalhos desenvolvidos em escolas; e três escolas públicas, que foram selecionadas por já possuírem um histórico de parceria com a ONG em questão, das quais apenas duas retornaram meus contatos, se disponibilizando a participar. Ressalto que mais de uma escola foi contatada para que fosse possível contrapor as respostas, refletir sobre pontos de vista diferentes.

3.2.1 A ONG Cataventus

A Cataventus³ – Ação de Integração Social e Cultural é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída por educadores (muitos professores aposentados) e voluntários com formações e experiências profissionais diversas, que utiliza a contação de histórias como instrumento de inclusão social. A organização tem sua sede na cidade de Porto Alegre e iniciou suas atividades em 1998, porém só foi registrada posteriormente, no ano de 2003. Conta com uma média de 60 voluntários e desenvolve trabalhos nas áreas da educação, cultura, saúde, meio ambiente e assistência social. São muitos os projetos desenvolvidos como: Roda de Histórias, Conte Outra Vez, Te Liga na História, Uma Viagem pelas Histórias, AgitAção, Juventude em Ação, Tem Educação na ContAção, Pílula Mágica (trabalho realizado em hospitais) e Forinho (Fórum Social Infantil, atividades para crianças e adolescentes dentro do Fórum Social Mundial), além de participar de diversas outras atividades, como seminários, cursos de extensão e eventos culturais.

A maioria desses projetos é desenvolvido em escolas, principalmente a “Roda de Histórias” e “AgitAção” e “em torno de 30.000 [pessoas] ouvem alguma história soprada pela Cataventus em algum dia, algum horário, algum lugar”, conforme informação da presidente da ONG. Ainda, de acordo com informações fornecidas através do questionário, atualmente, a ONG é procurada por cerca de 50 escolas,

³ É importante ressaltar que a instituição tem seu nome divulgado nesta monografia devido à assinatura de um termo de autorização, onde a presidente da ONG permitiu expor publicamente o nome da Cataventus. O termo segue como Apêndice C.

sendo que não dispõe de fontes de recursos fixas, se mantendo com doações e também através de recursos obtidos através da ministração palestras, oficinas, serviços em empresas e apresentações/contações em escolas particulares.

3.2.2 As Escolas

As escolas onde a pesquisa foi realizada situam-se na cidade de Porto Alegre/RS e foram escolhidas por já possuírem a experiência de trabalharem em parceria com ONG, mais especificamente a Cataventus. Além disso, contei com a disponibilidade e atenção das mesmas para responderem aos questionários. Destaco que, ambas as instituições, representadas pelas pessoas responsáveis pela relação escola-ONG, foram bastante receptivas e interessadas à proposta de participar do estudo, contribuindo de maneira produtiva ao trabalho. Esclareço que, a fim de facilitar a análise irei me referir a essas instituições como *escola A* e *escola B*, preservando assim a identidade das mesmas.

Na *escola A*, a investigação foi feita através da coordenadora cultural, que segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, é responsável pela ampliação da participação dos alunos/as e da comunidade nos eventos culturais, sendo assim, esta era a encarregada de fazer o contato com a Cataventus, buscando atividades interessantes à instituição. Portanto, ela teria o conhecimento do histórico das parcerias e as informações pertinentes à temática.

Essa instituição situa-se na zona norte de Porto Alegre, e está vinculada à rede municipal de ensino. A escola conta com 105 professores, 24 funcionários, e atende a 1.300 alunos, desde a pré-escola até o ensino fundamental e EJA – Educação de Jovens e Adultos. Funciona nos turnos da manhã, tarde e noite.

De acordo com as informações obtidas através do questionário, o conhecimento da Cataventus e de seu trabalho se deu através de uma notícia veiculada no Jornal Zero Hora, a partir daí, a escola entrou em contato e iniciou-se a parceria. Conforme a coordenadora cultural, geralmente as turmas contempladas com a atividade de Contação de Histórias são turmas de Pré-escola e as séries iniciais do ensino fundamental – 1º, 2º, 3º anos.

A *escola B* situa-se na zona sul de Porto Alegre, e também está vinculada à Secretaria Municipal de Educação. A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e

noite, e conta com 73 professores, 17 funcionários e 1.050 alunos, que estão distribuídos desde o primeiro até o último ano do ensino fundamental, também na Educação de Jovens e Adultos. Na *escola B* o questionário foi aplicado à diretora da instituição, devido a sua disponibilidade, no entanto, segundo seu depoimento, os contatos estabelecidos com a ONG sempre se deram pela Coordenação Cultural ou pelas supervisoras pedagógicas.

Cabe ressaltar que a *escola B* já apresentou o relato de outras experiências de parcerias, citando como exemplo o trabalho desenvolvido há oito anos juntamente com a Fundação Tênis. Com a Cataventus também já vem realizando diversos projetos, e com relação ao público atendido especificamente pela Cataventus, procura-se atingir diferentes turmas, adequando a proposta, a faixa etária e intenção do trabalho.

3.3 Apresentando as Análises: A relação entre escolas públicas e ONGs

Como já vimos, há visões diferenciadas quanto à busca das escolas públicas por parcerias com organizações da sociedade civil. Afinal, esta prática seria uma transferência da responsabilidade que tem o Estado de oferecer condições para uma educação de qualidade, ou um fortalecimento de práticas escolares democráticas e autônomas, um meio de as escolas buscarem ações que enriqueçam os seus processos de ensino?

Quando questionada sobre sua posição quanto ao assunto, através da questão elaborada para o questionário: *Qual a tua posição quanto à responsabilidade de oferta de um ensino de qualidade ser do Estado, e não da Sociedade Civil?*

A representante da *escola A* considerou que “a educação é tarefa de toda nossa sociedade, com o amparo do Estado” (COORDENADORA CULTURAL ESCOLA A), para esta profissional, ambos devem proporcionar qualidade nas condições de ensino oferecidas aos estudantes, e complementa dizendo que “a proteção e responsabilidade familiar, com estruturas saudáveis deve nortear e dar o suporte básico educacional aos nossos alunos”. Com isso, ela destaca a parcela de responsabilidade da família, e, além disso, podemos considerar a palavra “amparo”

utilizada na resposta por duas perspectivas: se referindo tanto ao sustento financeiro dado pelo Estado, quanto ao amparo legislativo, que garante, protege e orienta medidas educacionais.

A representante da *escola B*, referente à mesma questão, analisa de modo mais aprofundado alguns fatores:

acredito que seja uma responsabilidade constitucional, que na realidade não tem conseguido ser garantida. Na verdade não entendo as razões. No caso de nossa rede de ensino, se analisarmos o aspecto de qualificação dos educadores, temos um número significativo de professores com especialização, mestrado e doutorado. Existe um pesado investimento, por parte da mantenedora para formação continuada de educadores. Por outro lado é preciso ver que, cada vez mais, a educação e responsabilidade social passaram a ser palavras de ordem entre as grandes empresas do país, fazendo que surjam diferentes investimentos seja na formação de educadores e gestores ou através de concursos e olimpíadas, onde os alunos são protagonistas resgatando valores, incentivando e maximizando a grande importância da comunidade no processo de construção do conhecimento – o que é direito de todos (DIRETORA ESCOLA B).

Essa resposta contém diferentes pontos que contribuem com a análise. Primeiramente, percebe-se uma referência a um fator já bastante conhecido e debatido no contexto educacional: a ineficiência do Estado, que por mais que invista em formação inicial e continuada dos profissionais, como é o caso do município de Porto Alegre, tem apresentado dificuldades no que diz respeito à efetivação de suas ações e propostas educacionais, não conseguindo garantir, desta forma, uma educação de qualidade, como nos expõe a participante da pesquisa.

Outro ponto a ser analisado é a relação estabelecida entre as ações de empresas vistas como responsabilidade social e a contribuição destas à educação. Aqui é importante evidenciar uma diferença entre as ações sociais do sistema privado e as ações de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, ainda que os objetivos de modo geral pareçam os mesmos: contribuir no desenvolvimento da educação do país.

No Brasil há diversas leis de incentivos fiscais que, grosso modo, consistem no desconto, por parte destas empresas, no Imposto de Renda (IR). Em outras palavras, estas empresas que investem em projetos sociais, muitos deles direcionados à educação, e os valores que gastam em tais projetos sociais já seriam despendidos pelo pagamento de impostos. Sendo assim, além de elas terem o abatimento no IR ainda são beneficiadas promovendo suas imagens, podemos

considerar a ação como uma jogada de *marketing*. Vale lembrar que isso é desconhecido por muitas pessoas, o que acaba provocando uma visão superficial da questão.

Ainda sobre esta questão, vale destacar uma notícia veiculada pelo Instituto Brasil Verdade (IBV), uma ONG que tem como objetivo promover a democratização do acesso às informações de direitos e deveres dos cidadãos. O IBV informou que o Ministério da Educação já tem a proposta de uma Lei de Incentivo Fiscal à Educação, a ideia é de descontos sobre o imposto de renda devido para empresas ou pessoas físicas que apliquem dinheiro em projetos educacionais. Ou seja, um forte investimento no sentido de mercantilizar a educação, aplicar os moldes do mercado (premiações, etc.) no sistema educacional.

Questões administrativas e tributárias não são focos deste estudo, com certeza seriam abordados com mais clareza e qualidade em trabalhos das respectivas áreas, porém se faz necessário tal esclarecimento a fim de facilitar o entendimento das diferentes formas e objetivos das parcerias que hoje vemos se consolidando na educação pública. As parcerias em evidência se dão tanto com o setor privado, quanto com setores organizados da sociedade. Aproveito para ressaltar que essas colocações não significam uma posição que condene as ações realizadas por estas diversas empresas, com certeza muitas delas são válidas e acrescentam algo de positivo aos que por elas são beneficiados, porém, não se pode deixar de mencionar outros interesses que estão por trás destas iniciativas, como a promoção das empresas, e não da educação. Tornar isso visível se faz necessário. Tanto há ações consideradas positivas e de sucesso, que a Diretora da Escola B, em sua resposta à questão anteriormente apresentada faz referência a uma delas, que consiste no terceiro aspecto analisado na resposta.

O terceiro ponto a ser analisado deriva, podemos assim dizer, do assunto tratado anteriormente. A Diretora da Escola B menciona as “olimpíadas”, considerando que é um espaço importante de protagonismo dos estudantes, considerando-as assim, como um fator positivo para os processos educacionais. Atualmente essa proposta de olimpíadas se expandiu bastante no contexto das políticas públicas, uma delas é a Olimpíada da Língua Portuguesa.

A Olimpíada de Língua Portuguesa constituiu-se como política pública, a partir de uma iniciativa do setor privado. O projeto partiu da Fundação Itaú Social, no ano de 2002 devido à divulgação dos baixos índices de desempenho dos estudantes no

país. A iniciativa visava “formar professores a incentivar a leitura e desenvolver a escrita, dos alunos, em alguns gêneros literários, como a poesia”, assim foi criado o “Escrevendo o Futuro”. “O projeto incluía um concurso de redação para alunos a partir da 4ª série, premiando os melhores. Cinco anos depois, em 2007, o concurso de redação integrou-se ao PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação), por iniciativa do Ministério da Educação, que viu nele um programa eficiente para se tornar política pública de educação. Mudou o nome para Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro”.

O projeto seguiu com seus objetivos, e continua premiando as melhores produções dos alunos das escolas públicas. Atualmente participam alunos e professores de “5º ano do Ensino Fundamental (EF) ao 3º ano do Ensino Médio (EM), nas categorias: Poema no 5º e 6º anos EF; Memórias no 7º e 8º anos EF; Crônica no 9º ano EF e 1º ano EM; Artigo de opinião no 2º e 3º anos EM” (ESCREVENDO O FUTURO, 2012).

Estes aspectos iniciais evidenciam a relação entre gestão educacional e gestão escolar, se referindo a ideias e ações empreendidas dentro e fora da sala de aula. Evidenciam também, um histórico de parceria entre o público e o privado, onde, mais recentemente, muitas ONGs têm garantido seu espaço e apresentado projetos e trabalhos de qualidade. Para Vieira, se tratando das políticas públicas, ela aponta que o estudo e conhecimento destas

requer uma compreensão que não se contenta com o estudo das ações que emanam do Poder Público em suas diferentes esferas (União, Estados, Municípios). Esta deve alcançar a escola e seus agentes e, num movimento de ida e volta, procurar apreender como as ideias se materializam em ações, traduzindo-se, ou não, na gestão educacional e escolar (VIEIRA, 2007, p.58).

Em outras palavras, tudo o que envolve os processos educacionais deve ser direcionado à escola, buscando compreender como se concretizam as ações planejadas, e se estas acrescentam aspectos positivos, ou não, à instituição de ensino.

Outra questão proposta no questionário se referia às potencialidades e dificuldades encontradas nas parcerias estabelecidas: *Que potencialidades observa no trabalho desenvolvido pela Cataventus? Quais os benefícios? Quais as dificuldades encontradas?*

Nenhuma das instituições escolares citou dificuldades, ambas veem os trabalhos desenvolvidos nessa parceria como positivos e como um complemento às práticas da escola.

Para a *Escola B*, “o trabalho desenvolvido pela Cataventus complementa o trabalho que a Biblioteca realiza de ser um polo de incentivo a leitura, e também cultural” (DIRETORA ESCOLA B), quando também aponta como relevante no trabalho da ONG o incentivo à leitura, acrescentando que “estimula a criatividade não só dos alunos como também de professores”.

Percebe-se que o trabalho desenvolvido é organizado e coerente com as propostas pedagógicas da escola, já que esta apresenta um olhar significativo sobre a leitura, creditado valor especial a esta prática. Além disso, de acordo com o relato, o trabalho se amplia, uma vez que é um incentivo aos professores, fomentando novas ideias.

Segundo Coordenadora Cultural da *Escola A* “o trabalho oportuniza aos nossos alunos o contato e vivências prazerosas com a literatura infantil, onde podem usufruir de um momento de lazer, cultura, entretenimento”. Ou seja, a escola busca nesta parceria oportunidades de oferecer aos seus alunos momentos significativos de aprendizagem, nos quais eles possam vivenciar experiências diferenciadas da rotina da escola.

A presidente da Cataventus, ao ser questionada quanto aos benefícios e dificuldades deste tipo de trabalho, relata que as dificuldades são financeiras, já que, segundo ela, as atividades oferecidas a escolas públicas são gratuitas, mas ressalta os pontos positivos de suas ações. Os aspectos positivos vão ao encontro às opiniões das gestoras, já expostas, e aqui referendadas pela presidente da ONG quando cita que “nos projetos da Cataventus as crianças têm interesse na leitura, na contação... no palco. Isso contribui para a escrita e para a oralidade [...] as crianças aprendem simplesmente brincando” (PRESIDENTE DA CATAVENTUS).

Complementando a pergunta anterior, outra questão disposta no questionário era: *Acredita que este tipo de trabalho contribui de alguma forma, qualificando os processos educacionais? Como?*

Aqui, apresento as respostas na íntegra, pois acredito que são colocações de grande importância para o trabalho. Apesar de serem, em alguns aspectos, semelhantes à anterior, apresentam uma reflexão mais profunda acerca do assunto, ilustrando, a meu ver, os trabalhos desenvolvidos em parceria.

Quanto à resposta da *Escola A*, através de sua Coordenadora Cultural, fica explícita a concordância, quando esta profissional afirma: “com certeza, pois enriquece de forma concreta as atividades pedagógicas, potencializando aprendizagens significativas. Servem como instrumentos de incentivo e também como culminância de projetos de sala de aula” (COORDENADORA CULTURAL ESCOLA A).

A Diretora da *Escola B* refere que:

esse tipo de trabalho é fundamental para qualificação de processos educacionais, pois vivemos um momento onde se faz necessário, cada vez mais, buscar outras formas de trabalhar o conhecimento. Nossos alunos têm pouco contato fora do espaço da escola, com a leitura e escrita. Sendo assim na escola procuramos oportunizar as mais variadas atividades que explorem as diferentes formas de expressão. A Cataventus vem agregar nessa perspectiva, através da ludicidade, dramatização e criatividade. Outro aspecto interessante é a questão do protagonismo e do voluntariado (DIRETORA ESCOLA B).

As colocações destas gestoras nos possibilitam compreender seus posicionamentos frente às propostas pedagógicas, à forma de conceber o ensino e à consideração que têm pela educação e, conseqüentemente, pelos educandos, uma vez que contribuem para a garantia dos processos de ensino de qualidade. Mais uma vez demonstram que o trabalho feito pela Cataventus está em consonância com as propostas pedagógicas das escolas, e que vem agregar, contribuir com o trabalho desenvolvido pelos professores. Considero que isso traduz a concepção da gestão educacional, já que esta consiste, como já vimos, em administrar não só os recursos financeiros, mas também em gerir ideias, pessoas e práticas culturais (VIEIRA, 2007), além de apresentar claramente seu projeto pedagógico, o qual deve orientar as ações gestoras, afinal, é este que define os rumos da escola. Isso tudo é feito com um propósito maior, de assegurar o ensino e a aprendizagem. Por todos os aspectos pontuados pode-se considerar que os depoimentos aqui apresentados revelam atribuições essenciais na prática da gestão escolar, apresentando também, características democráticas, pelo fato de fazer uso do seu direito (LDB/96) de autonomia, ao passo que se articulam com a comunidade escolar e outras instituições visando melhor atender seus alunos.

Ao referir as propostas pedagógicas, cabe destacar que esse era o foco de uma das perguntas feitas às gestoras: *A proposta de trabalho a partir das parcerias*

consta no PPP? É discutida com pais, professores e comunidade escolar? Há conhecimento por parte destes sujeitos sobre os trabalhos realizados pela ONG?

Nas respostas obtidas foi confirmado que a proposta de trabalho dessas escolas em parcerias com outras entidades consta no Projeto Político-Pedagógico (PPP), e que professores e comunidade escolar participam dos processos de tomada de decisões. Sendo assim, cabe destacar a importância do PPP para as instituições escolares.

O PPP é um planejamento, portanto, é construído prevendo e organizando o trabalho pedagógico. Entre ações e possibilidades, que possam ser bem sucedidas na escola, ele deve, portanto, expressar a finalidade do trabalho escolar. É um projeto que necessita ser constantemente vivenciado, acompanhado e repensado, partindo das experiências já vividas, melhorando o que ainda precisa ser melhorado e fortalecendo e ampliando práticas bem sucedidas. Veiga (2002. p.1) nos auxilia nesse entendimento afirmando que “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”, a autora ainda acrescenta que “se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, *na busca de alternativas viáveis* à efetivação de sua intencionalidade” (grifo meu). E finaliza dizendo: “temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola” (Ibid, p.2). Destaco que o referido planejamento pode estar relacionado com a implementação de políticas públicas, como as Olimpíadas, já citadas, por exemplo, ou com práticas escolares, como a organização do currículo, planos de ensino e planos de aula.

A partir desta perspectiva, podemos acompanhar na resposta abaixo, elaborada pela diretora da *Escola B*, a experiência da escola na elaboração do PPP e como este se constitui como identidade dessa instituição:

Nosso PPP foi recentemente elaborado e a questão da gestão da escola a partir de parceria esta sim pautada. *Não conseguimos conceber uma gestão sem parceria.* A escola sozinha não tem força suficiente para atender todas as necessidades de seu público. Nesse sentido, acreditamos numa proposta de trabalho que se caracteriza por uma ação integrada, articulada, numa relação dialética, respeitando as especificidades e contribuições de cada um para a dinamização do projeto político-pedagógico da instituição. Quanto ao conhecimento e envolvimento do

diferentes segmentos da escola, acredito que como a escola tem essa cultural de trabalho em parceria a Comunidade em geral apóia as iniciativas da escola, pois percebe o quanto esse trabalho contribui para o desenvolvimento de seus filhos (DIRETORA DA ESCOLA B, com grifo meu).

Percebemos aí, uma gestão pautada na participação e integração, onde a cada um dos envolvidos cabe a responsabilidade pelas ações geradas e geridas, ressignificando, assim, o sentido do trabalho escolar e o papel assumido por gestores, professores, alunos e comunidade, na construção de uma educação de qualidade, propiciando a vivência democrática.

Voltando à temática que introduziu este capítulo de análise, sobre as diferentes visões acerca das parcerias entre escolas públicas e ONGs, é possível perceber que, pelo menos neste caso em estudo, é uma prática positiva, que acrescenta qualidade aos processos de ensino das escolas em questão. Esta parceria, em nada se impõe perante os princípios das unidades escolares, e apesar de, de alguma forma, suprir determinadas dificuldades encontradas pelo Estado, refletidas nas unidades escolares, assim como nos apresentou o relato da gestora da *Escola B*, na oferta de uma educação de qualidade, estas iniciativas são contribuições ao ensino, e não uma mera substituição de papéis.

Isso nos leva a mais uma questão da pesquisa: *Como vê as ONGs e as parcerias destas com as escolas públicas dentro do atual contexto da educação?*

O panorama do atual contexto educacional do Brasil já foi traçado neste estudo, nos possibilitando o conhecimento ao que se refere às taxas de investimento (e de retorno) no ensino público, e o descompasso entre o proposto e o efetivado, e as políticas neoliberais vigentes, as quais interferem diretamente nas ações educacionais, prejudicando os princípios de gestão. Cientes desta situação, as escolas se posicionam a favor das parcerias com ONGs, desde que estas apresentem propostas adequadas que vão ao encontro do projeto da instituição escolar, sendo que estas características se evidenciam no caso da *Catventus*. Sobre isso, a ONG relata, no questionário proposto, que as parcerias se devem à credibilidade e reconhecimento recíproco, é isso que possibilita o trabalho desenvolvido, pois, de acordo com a presidente da organização “temos escolas que já atendemos há 10 anos ou quase isso”.

Considerando tais questões, é de grande importância a resposta fornecida pela representante da *Escola A*, que considera a parceria excelente, e acrescenta:

“Também valorizo o trabalho de ONGs junto à escola pública de modo a enriquecer experiências pedagógicas, uma vez que nem sempre, com verba pública, podemos oferecer atividades culturais diversificadas”. Portanto, a parceria se apresenta como uma possibilidade de qualificar os processos de ensino da escola.

A posição da gestora da *Escola B* é semelhante quanto a esta visão, em especial quando corrobora que:

Entendo que qualquer instituição para sobreviver precisa trabalhar em parceria/rede com outras organizações, as demandas são inúmeras e de diferentes ordens (social, saúde, econômica) sendo assim se faz necessário buscar na sociedade outras instituições que possam suprir nossas necessidades. Como gestora, acredito que meu papel é ficar atenta para, quando surgir a oportunidade, efetivar essas redes de trabalho (DIRETORA ESCOLA B).

Assim como os relatos apresentados que vislumbram, no trabalho cooperativo, uma alternativa às dificuldades encontradas, vale lembrar que movimentos de afirmação desse tipo de trabalho, social e coletivo, têm ganhado força. Como vimos, em discussão anterior, o Fórum Social Mundial e mais especificamente o Fórum Mundial da Educação são iniciativas da sociedade civil, que buscam alternativas ao neoliberalismo em sua abrangência no setor educacional ou mesmo a qualquer forma de exploração advinda do sistema capitalista. Nesta perspectiva, as ONGs podem contribuir fortemente para o fortalecimento da democracia no diversos setores da sociedade, por meio da participação social, como nos afirma Gadotti (2009, p.19), visto que estas “privilegiam o encontro, o diálogo, a escuta, o debate e a colaboração”. Assim estas formas de organização política, exemplificadas no Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial da Educação, se constituem na maneira de construir a alternativa contra-hegemônica às imposições do neoliberalismo. Deste modo, é possível considerar que a atuação das ONGs, como são descritas neste trabalho, são alternativas de manifestação contra as deficiências e descaso do Estado com a educação.

E para finalizar esta análise, apresento a manifestação da presidente da Cataventus acerca das potencialidades do trabalho realizado em parceria, esta, partindo de sua experiência, tanto como integrante da ONG quanto como professora aposentada, tem certeza de que as parcerias ajudam a qualificar os processos educacionais e considera que “todo trabalho em equipe tem um resultado positivo. E as parcerias complementam as atividades das escolas”.

O potencial de articulação demonstrado pela ONG participante deste estudo, aliado à expectativa das escolas públicas municipais e à realização de um projeto pedagógico e um fazer educativo calcado em uma proposta de qualidade social, pode ser um elemento interessante de discussão quando se busca analisar o papel das ONGs em sua aproximação com a escola pública. Um trabalho sério e comprometido de Organismos Não-Governamentais que nasce de um desejo de integrantes da sociedade civil, estimulados, pela possibilidade de imbricação com Estado, com as escolas e as famílias pode ser sinalizador de um compromisso maior da sociedade no que se refere a um processo de ensino e aprendizagem carregado de sentido e catalizador de mudanças no espaço da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por hora, ao finalizar este trabalho, concluo as análises da pesquisa desenvolvida, buscando retomar apontamentos e aspectos significativos tratados ao longo do presente estudo, além de provocar reflexões sobre a temática abordada. Assim, reafirmo o objetivo aqui traçado de investigar e problematizar as implicações de iniciativas de parcerias entre escolas públicas e ONGs no processo pela busca de qualificação do ensino, e se estas podem se constituir como uma opção positiva/produtiva para professores e gestores educacionais. Tenho como foco de pesquisa ações integradas entre a ONG Cataventus e duas escolas públicas de Porto Alegre/RS.

Para isso, me propus a traçar um panorama acerca do sistema educacional brasileiro como se apresenta atualmente, contemplando diferentes aspectos implicados nesse cenário. A partir deste embasamento e, principalmente, das respostas obtidas nos questionários foi possível identificar um caráter positivo nas parcerias aqui estudadas, ressaltando a ideia de que não é possível fazer generalizações quanto aos moldes e vínculos estabelecidos através de tais ações. Desta maneira, não se pode assegurar que as parcerias firmadas com o setor público estão associadas a uma política neoliberal, já que as instituições e objetivos envolvidos são variados. Ainda tratando das variações existentes, busquei estabelecer as necessárias diferenças entre as parcerias, como aqui foram apresentadas (trabalho integrado, com atividades que complementem as práticas escolares) e o projeto neoliberal, assim como as jogadas de *marketing* e ações de ONGs que se caracterizam pela interferência direta na gestão da escola, ditando diretrizes, afetando assim, os processos democráticos da gestão escolar.

Nesta perspectiva, foi possível constatar que as parcerias com a Cataventus constituem-se como um complemento às atividades da escola, configurando-se como uma possibilidade de qualificar os processos de ensino e aprendizagem da instituição, além de não envolver questões econômicas/financeiras. Foi exposto ainda, que tais atividades são benéficas e não atingem somente aos estudantes, mas também aos professores, por se tratar de ações inspiradoras e motivadoras. Uma vez lançado o questionamento sobre os possíveis efeitos dessas parcerias e se estes poderiam constituir-se como positivos, ficou claro, por meio dos depoimentos

fornecidos através dos questionários, que iniciativas de colaboração e de integração entre escola e sociedade fortalecem e favorecem os processos educativos das instituições aqui estudadas. Ou seja, as atividades desenvolvidas pela ONG Cataventus nas escolas são eventos que contribuem e que acrescentam qualidade à proposta pedagógica escolar, além de irem ao encontro das mesmas, estando presente nos PPPs, não interferindo, *a priori*, na sua estrutura e na dinâmica de organização de cada instituição.

No que se refere ao embate sobre as parcelas de responsabilidade sobre a educação – Estado ou sociedade – fica claro que as participantes da pesquisa entendem que a educação é uma responsabilidade de todos, valorizando, desta maneira, o trabalho coletivo que auxilia e qualifica a oferta educacional. Foi possível perceber que há uma consciência de que o Estado, enquanto mantenedor dos sistemas educacionais, não oferece uma estrutura que oportunize uma educação plena, de qualidade para todos, o que acaba abrindo caminhos para a busca por parceria com outras instituições. Vale lembrar, que existe uma significativa legislação que ampara, incentiva e viabiliza a atuação da sociedade organizada junto às esferas públicas, e que grande parte das ONGs (regulamentadas) hoje existentes e ativas desenvolvem projetos ligados à educação.

No que tange às questões relacionadas à Gestão Escolar Democrática, constatou-se que iniciativas de parceria entre as escolas e ONGs são alternativas viáveis e fazem parte do direito à autonomia de que possuem as unidades escolares. Neste trabalho, buscou-se afirmar que dentre as diversas atribuições referente à prática gestora, está o compromisso em garantir meios de enriquecer e qualificar tanto o patrimônio material, quanto o imaterial, sendo que este último se configura como as ideias e culturas produzidas no interior da escola. Para isso, as unidades de ensino têm a possibilidade de buscar soluções próprias para as dificuldades encontradas em seu interior, uma dessas possibilidades passa a ser a busca por um trabalho integrado com instituições sérias e comprometidas com a educação que enriqueçam, desta maneira, as ações desenvolvidas pelos professores. Assim, é garantido o princípio de autonomia da escola. No mais, constatou-se que as escolas que adotam as parcerias como forma de trabalho, têm a proposta discutida anteriormente com todos os envolvidos na instituição, buscando a participação e democratizando das tomadas de decisões.

Para finalizar, acrescento que, assim como Gadotti (2009, p. 23), cabe a cada gestor, professor e sujeitos comprometidos com a educação de nosso país, se questionar “como transformar tudo isso em estratégias coletivas para um outro mundo possível?”. Acredito que é na tentativa de solucionar essa questão, que diversas escolas têm se proposto a atuar coletivamente, adotando como estratégia de trabalho as parcerias com ONGs, viabilizando assim, a busca por um outro mundo, no qual a educação de qualidade, libertadora, reflexiva, crítica e criativa seja possível.

REFERÊNCIAS

ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). **Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil**: fortalecendo a cidadania e a participação democrática. São Paulo, 2007, 80 p.

_____. **Panorama das Associadas**. São Paulo, 2010.

ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). **Panorama das Associadas**. São Paulo, 2010.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Neoliberalismo e Educação** - Uma década de intervenções do Banco Mundial nas Políticas Públicas do Brasil (2000 – 2010). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

BENDRATH, Eduard Ângelo. GOMES, Alberto Albuquerque. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. In: **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.32, p.157-171, jul./dez. 2010.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. **Diário Oficial da União**.

_____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei nº. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União** de 19 de fevereiro de 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação**, 2000 – PNE. In Diário Oficial da União.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007 – PDE.

_____. Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial da União** de 17 de julho de 2008.

_____. Projeto de Lei nº. 8035/10 que aprova o Plano Nacional de Educação 2011/2020.

CAMBA, Salete Valesan. **ONGs e Escolas Públicas**: Uma relação em construção. 2004. 205f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CATAVENTUS – Disponível em: <<http://www.cataventus.org.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

EDUCAR PARA CRESCER – Disponível em:
<<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/empresas-investem-educacao-publica-478072.shtml>>. Acesso em 20 de set. de 2012.

ESCREVENDO O FUTURO – Disponível em:
<http://escrevendo.cenpec.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=55 . Acesso em 20 de set. de 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005.

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala? In: **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, pp.176-189, Jul/Dez, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO - Sérgio Haddad, Fórum Social rejeita "espírito de Seattle" 2002. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28547.shtml>>. Acesso em: 30 de jun. de 2012.

FUNDAÇÃO TÊNIS – Disponível em: <<http://www.fundacaotenis.org.br/base.htm>>. Acesso em 10 de ago. de 2012.

GADOTTI, Moacir. **Fórum Mundial de Educação**: pro-posições para um outro mundo possível. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO AYRTON SENNA - Disponível em:
<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/quem_somos>. Acesso em: 06 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASIL VERDADE – Disponível em:
http://www.institutobrasilverdade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=697&Itemid=2>. Acesso em: 31 de jul. de 2012.

LÜCK, Heloísa. **A Evolução da Gestão Educacional a partir da Mudança Paradigmática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. O contexto neoliberal e o espaço da escola pública na promoção da cidadania: a voz dos diferentes sujeitos educacionais. In: **Anais do XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PORTAL MEC. **Brasil investe mais em educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=11481&option=com_content&task=view>. acesso em: 30 de jul. de 2012.

_____. **Investimento em Educação Atinge Meta de 5% do PIB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16000:investimento-em-educacao-atinge-meta-de-5-do-pib-e-e-o-maior-da-historia&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: 03 de ago. de 2012.

_____. **Lei de Incentivo à Pesquisa**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12311>. Acesso em 31 de jul. de 2012.

REVISTA ISTO É – **À Espera dos Mecen**s. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/1894_A+ESPERA+DOS+MECENAS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 30 de jul. de 2012.

REVISTA NOVA ESCOLA - **Lei do Piso: como equilibrar as contas**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/lei-piso-como-equilibrar-contas-689477.shtml?page=0>>. Acesso em: 30 de jul. de 2012.

REVISTA UNIVERSITÁRIO DO AUDIOVISUAL. **Entendendo a Lei Rouanet**. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=2264>>. Acesso em: 30 de jul. de 2012.

SANTOS, R.; ANDRIOLI, A.I. Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, Organización de Estados Iberoamericanos, jan./2005.

SENADO FEDERAL - **País segue em último no investimento em educação**. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70825/1/noticia.htm>>. Acesso em: 05 de ago. de 2012.

TORO, Jose Bernardo A., WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

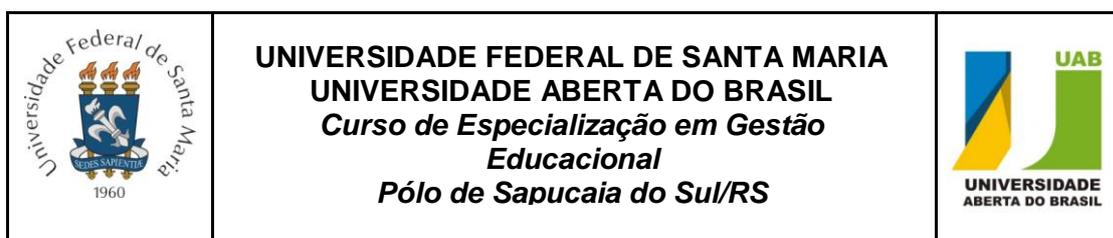
VALENTE, Lucia de Fátima. Política e gestão da educação brasileira no contexto atual: elementos conceituais e desafios. In: **IV Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**. Uberlândia, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. In: **RBP**AE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

ZERO HORA. **Meditação em sala de aula ajuda na redução da ansiedade e dos índices de violência em escola.** Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/05/meditacao-em-sala-de-aula-ajuda-na-reducao-da-ansiedade-e-dos-indices-de-violencia-em-escola-3746895.html>>. Acesso em: 31 de maio de 2012.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS ESCOLA



Prezada participante:

A presente pesquisa está vinculada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Universidade Aberta do Brasil - UAB, é produzida para fins de Trabalho de Conclusão de Curso e tem o objetivo de problematizar e refletir acerca dos possíveis efeitos de parcerias entre ONGs e escolas públicas.

Para isso, conto com tua participação para responder o questionário a seguir.
Quando necessário, justifique sua resposta.

Grata,

Laís Pellegrini

Especializanda em Gestão Educacional – UFSM/UAB

QUESTIONÁRIO – ESCOLAS

1. Caracterização da instituição:

Localização:

Rede de ensino a qual está vinculada:

Número de professores e funcionários:

Número de alunos:

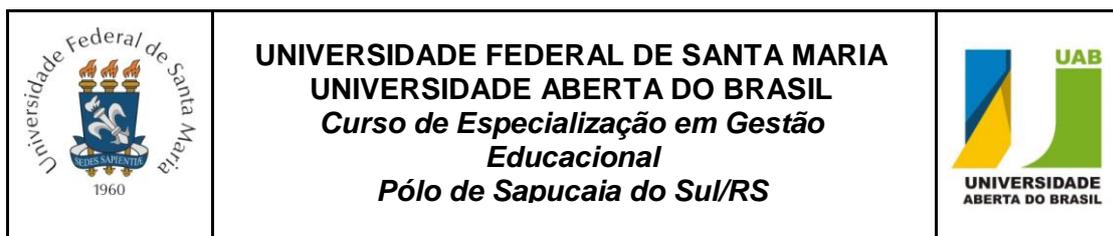
Séries que oferecem:

Turnos de funcionamento:

2. Já havia outras experiências de parcerias com ONGs antes do trabalho da Cataventus?

3. Como caracteriza o vínculo com a Cataventus? Como surgiu esta parceria?
4. Qual o setor responsável pelos contatos e agendamentos? Quais as séries/turmas contempladas com as atividades?
5. Que potencialidades observa no trabalho desenvolvido pela Cataventus? Quais os benefícios? Quais as dificuldades encontradas?
6. Acredita que este tipo de trabalho contribui de alguma forma, qualificando os processos educacionais? Como?
7. A proposta de trabalho a partir das parcerias consta no PPP? É discutida com pais, professores e comunidade escolar? Há conhecimento por parte destes sujeitos sobre os trabalhos realizados pela ONG?
8. Qual a tua posição quanto à responsabilidade de oferta de um ensino de qualidade ser do Estado, e não da Sociedade Civil?
9. Como vê as ONGs e as parcerias destas com as escolas públicas dentro do atual contexto da educação?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ONG



Prezada Presidente da Cataventus:

A presente pesquisa está vinculada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Universidade Aberta do Brasil - UAB, é produzida para fins de Trabalho de Conclusão de Curso e tem o objetivo de problematizar e refletir acerca dos possíveis efeitos de parcerias entre ONGs e escolas públicas.

Para isso, conto com tua participação para responder o questionário a seguir. Quando necessário, justifique sua resposta.

Grata,

Laís Pellegrini

Especializanda em Gestão Educacional – UFSM/UAB

QUESTIONÁRIO – ONG CATAVENTUS

10. Caracterização da instituição:

Nome:

Localização/sede:

Ano de fundação:

Número de voluntários:

Projetos e trabalhos que oferecem:

Área de atuação:

Fonte de recursos:

Número de pessoas que atendem atualmente:

Número de escolas com as quais mantém parceria atualmente:

11. Quais os projetos desenvolvidos nas escolas e quais seus objetivos?

12. Perfil dos profissionais/voluntários que atuam na instituição? Em média, qual o tempo de permanência/vínculo de um voluntário?

13. Como caracteriza o vínculo com as escolas públicas?

14. Como surgem as parcerias?

15. Que potencialidades observas nos trabalhos desenvolvidos nas escolas públicas? Quais os benefícios? E quais as dificuldades encontradas neste tipo de trabalho?

16. Existe alguma relação da ONG com a Secretaria de Educação do município e/ou do Estado?

17. Acredita que as parcerias qualificam os processos educacionais? De que forma?

18. Qual a posição da ONG quanto à responsabilidade de oferta de um ensino de qualidade ser do Estado, e não da Sociedade Civil?

APÊNDICE C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME DE INSTITUIÇÃO EM MONOGRAFIA

Porto Alegre, 15 de agosto de 2012.

A ONG – Organização Não Governamental – Cataventus, representada pelo(a) Presidente Erica Mylius, através do presente instrumento, AUTORIZA a aluna Laís Maria Pellegrini da Silva, especializanda em Gestão Educacional, curso vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, a expor publicamente o nome da referida instituição e/ou dados referente a mesma, bem como a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria a publicar em sua biblioteca e em site o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia, produzido a partir de reflexões acerca da relação entre ONGs e escolas públicas..



Presidente da Cataventus